

GEOPOLÍTICA AMBIENTAL: FINANCEIRIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL E RESULTADOS DAS COP 26 E COP 27

Carolina Rosf Peroni Fernandes ¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a tendência de soluções defendidas nos principais fóruns de debate sobre meio ambiente a nível global, assim como as principais iniciativas apresentadas nas duas últimas Conferências das Partes (COPs), reunião anual das 197 Partes que aderiram à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A COP 26 foi realizada em 2021, em Glasgow, na Escócia, e a COP 27, na cidade egípcia de Sharm El Sheikh. A análise teórica previa é baseada em OLIVEIRA (2018; 2019) e FLETCHER (2020). Os resultados mostram que existe uma tendência à financeirização da crise ambiental, na qual a grande maioria das soluções apresentadas nesses fóruns aponta para a transferência de capital e tecnologia. Ademais, as propostas, que sozinhas não são capazes de lidar com a questão no longo prazo, ainda não são cumpridas plenamente pelos países ricos que assumiram o compromisso de colaborar.

Palavras-chave: COP, Financeirização, Meio ambiente, Mudanças climáticas.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the trend of solutions advocated in the main forums of debate on the environment at a global level, as well as the main initiatives presented at the last two Conferences of the Parties (COPs), the annual meeting of the 197 Parties that have adhered to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). COP 26 was held in 2021, in Glasgow, Scotland, and COP 27, in the Egyptian city of Sharm El Sheikh. The previous theoretical analysis is based on OLIVEIRA (2018; 2019) and FLETCHER (2020). The results show that there is a trend towards the financialization of the environmental crisis, in which the vast majority of solutions presented in these forums point to the transfer of capital and technology. Furthermore, the proposals, which alone are not capable of dealing with the issue in the long term, are still not fully complied with by the rich countries that have committed to collaborate.

Keywords: COP, Financialization, Environment, Climate changes.

¹ Mestanda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, carolinarosf@gmail.com. Bolsista CAPES 2022/2023.

INTRODUÇÃO

As notícias da mudança dos princípios de política ambiental e política externa brasileira durante o governo Bolsonaro anunciaram uma mudança de princípios orientadores de atuação do Brasil quanto ao tema da política ambiental. No entanto, a presente pesquisa e o estudo mais cuidadoso da política ambiental interna apontou complexidade e superficialidade ao tratar do tema em nível internacional. A própria ciência, defendida por grande parte dos atores estatais e civis, não é considerada seriamente quando comparadas com as propostas apresentadas e os resultados alcançados.

Os autores que forneceram as bases teóricas para o tema (OLIVEIRA, 2018; 2019 e FLETCHER, 2020) apresentam que apesar do certo avanço na preservação da natureza que algumas políticas públicas parecem fornecer, este esforço ainda não é suficiente para garantir a preservação ambiental em níveis efetivo. Pois, este esforço é pouco eficaz frente a rapidez do estágio de autodestruição que o modo de produção capitalista apresenta atualmente.

Porém, essa análise só tem sentido quando analisada na categoria humanidade, a sociedade dos seres sociais. O que acontece, na verdade, é que alguns seres humanos e seres vivos têm menor valor, na medida em que certos territórios são explorados – ou sacrificados. No plano internacional, o Sul global assume esse papel, seus seres vivos estão mais vulneráveis, e internamente alguns territórios mais vulneráveis que outros. E alguns grupos ainda mais vulneráveis.

Apontar o desequilíbrio entre problemas e soluções apresentadas pode gerar questionamentos sobre as prioridades dos diferentes atores. É justamente o interesse de alguns, dos capitalistas que se orientam por princípios econômicos, geração de lucros sobre a vida no planeta.

Para analisar os principais debates e ações efetivas da sociedade internacional sobre o tema, utilizou-se os resultados das últimas duas Conferências das Partes (COP-26 e COP27) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), principal fórum articulador do tema.

Os resultados encontrados apontam para um descompasso entre as reais necessidades de mudanças para a preservação ambiental urgente que as previsões de cientistas tem apresentado e as ações acordadas pelos Estados representados nas últimas duas COPs.

Além disso, acontece a financeirização dos esforços de proteção, representando mais fluxos de capital do que soluções de mudança no modo de produção capitalista, majoritariamente controlados pelos países do Norte Global. Alguns países desenvolvidos querem dar o tom dos debates. Os interesses capitalistas, representados pelos maiores bilionários do mundo, estão presentes nesses fóruns, diretamente propondo soluções, como o Jeff Bezos estava presente na COP-26.

Ademais, as propostas incluem novas soluções de produção de energia por meio fontes classificadas como renováveis. Discussões sobre a proibição total de uso de combustíveis fósseis, muitas vezes tratando como se o petróleo e o carvão mineral fossem os verdadeiros vilões do meio ambiente, sem questionar o modo de produção que demanda esse nível de consumo de combustíveis fósseis.

Os debates apresentam um alinhamento com os interesses capitalistas, justificada pela conservação neoliberal que existe atualmente. É preciso gerar debates sobre o tema, levantar questionamentos e construir uma educação ambiental para a preservação ambiental.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu em realizar revisão bibliográfica sobre a economia política do meio ambiente para compreender a conjuntura da preservação ambiental em nível global. Para conhecer as últimas ações propostas e coordenadas internacionalmente, analisou-se os principais resultados das últimas duas Conferências das Partes da Organização das Nações Unidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conservação neoliberal: financeirização da natureza em debate

Segundo Fletcher (2020), as evidências sugerem que a promoção da conservação neoliberal raramente consegue atingir os resultados esperados na sua implementação. Essa conservação neoliberal, sustentada em fluxos de capital, foi modelada em um momento particular geopolítico, mais precisamente após a Guerra Fria e no início do século XXI. Essa conservação neoliberal, tenta associar a conservação da biodiversidade com mecanismos de

promoção de desenvolvimento econômico, utilizando-se de mercados econômicos para o financiamento da conservação natural. Dessa forma, ela promove princípios neoliberais, como a privatização, a descentralização, desregulação (terceirização das funções estatais para setores privados) e a comodização (na qual transforma tudo o que é possível em mercadoria, criando um mercado de recursos naturais). Esse fenômeno acontece paralelamente à multiplicação de grandes organizações não-governamentais, como a World Wildlife Fund (WWF), facilitando a captação de recursos e o financiamento de suas ações.

Quando o controle dos recursos naturais é feito por essas organizações, o Estado diminui sua centralidade na regulação ambiental. Assim, as organizações da sociedade civil estão no centro do crescente movimento de conservação ambiental como uma alternativa mais responsiva às demandas do meio ambiental quando comparadas à burocracia estatal, vista como um empecilho e diretamente alinhado com o discurso neoliberal. É nesse cenário que os conceitos de “serviços ecossistêmicos” e “capital natural” são criados para representar os recursos renováveis e não-renováveis do planeta que combinam a produção de um fluxo de benefícios ou “serviços” para as pessoas. (Fletcher, 2020, p. 3 - 4)

Ainda segundo o autor, a implementação da conservação neoliberal comumente ocorre via os chamados instrumentos baseados no mercado (no termo em inglês, market-based instruments, ou MBIs). Uma conhecida forma de MBI é o pagamento por serviços ecossistêmicos (PSE²), na qual os donos de uma terra rica em diversidade são pagos para manter a terra intacta, normalmente como uma forma de compensação por um desenvolvimento destrutivo em algum outro lugar. Os PSE geralmente estão ligados ao mercado, no qual as atividades emissoras de gás carbônico podem ser compensadas com investimentos em proteção florestal, entre outras atividades. Um exemplo de PSE muito conhecido que envolve o mercado de carbono é o mecanismo REDD⁺³, criado no âmbito da UNFCCC, que combina conservação florestal com a mitigação das mudanças climáticas e tem sido operacionalizado por meio de mais de quinhentos projetos iniciados pelo mundo, incluindo o Brasil, que já recebeu recursos deste mecanismo (idem p. 4).

Baseados nos estudos de Dempsey e Suarez (2016), Fletcher (2020) indica que as transações no mercado de conservação neoliberal são ínfimos quando pensados em termos de financiamento global para conservação. Assim, a conservação neoliberal deve ser vista mais

²Em inglês, paymente for ecosystem services (PES).

³Reduced Emissions through Forest Degradation and Avoided Deforestation)

como uma projeção esperançosa por parte de seus proponentes do que uma agenda econômica que está sendo implementada amplamente pelo mundo. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que a conservação neoliberal é um discurso dominante totalizante, também representa um discurso às margens da vida político-econômica, fora de muitos fluxos de bens, *commodities* e políticas estatais. Dessa maneira, as evidências disponíveis sugerem que os MBIs, em termos de conservação, alcançaram relativamente pouco da preservação da diversidade que se propuseram até agora.

A ONU e a preservação ambiental

Ainda no período da Guerra Fria, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano⁴, que ocorreu em Estocolmo em 1972, foi palco de um debate que dividiu preservacionistas e conservacionistas em distintos polos, criando um descompasso entre os interesses econômicos e as propostas ecológicas, vistas como incompatíveis com o capitalismo. Vinte anos depois e após a derrota do socialismo real, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento⁵ no Rio de Janeiro, a proteção ao meio ambiente se torna compatível com o capitalismo neoliberal, na qual a “suposta remodelação do desenvolvimento perpassava pela possibilidade lucrativa de salvaguardar estoques de natureza” (OLIVEIRA, 2019, p. 108).

A Rio-92, por fim, pôde oferecer o que o regime bipolar do mundo não possibilitou em Estocolmo: o neoliberalismo hegemônico e sua capacidade de cooptar pautas para si e transformá-las conforme suas preferências. Assim, os conflitos ambientais cada vez mais emergentes foram transformados em “conflito de gerações” ocultando a luta de classes que os perpassam. O neoliberalismo, com seu capital financeiro, transformou a proteção da natureza em mais um bem comercializável no mercado de capitais.

Conforme citado, o IPCC foi criado em 1988, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). O objetivo sempre foi avaliar cientificamente o aquecimento global – mais recentemente, tratado como

⁴United Nations Conference on the Human Environment, em inglês. Foi parcialmente calcada no estudo “Limites do Crescimento”.

⁵United Nations Conference on Environment and Development, em inglês. Também conhecida como Rio-92, a conferência foi pautada pelo Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”, 1987)

mudanças climáticas – em curso no mundo. Foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) que ocorre a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). A partir de 1994, encontros anuais acontecem na Conferência das Partes (COP). A pesquisa desenvolve, então, uma análise mais geral nas tendências e resultados desses encontros.

As relações entre finanças e meio ambiente foram estreitadas desde então, bem como a consolidação de um regime nacional e internacional de governança ambiental. Capital financeiro e agenda ambiental se encontram na elaboração de normativas que colocam condicionantes ambientais às políticas de financiamento ao desenvolvimento. Assim, os incentivos pecuniários alavancaram a ideia de “economia verde” e se configurou como discurso hegemônico dentro do ambientalismo nos últimos anos (MIOLA et al, 2022).

Segundo Marques (2022), os princípios da economia verde reconceituaram a natureza para que passasse a ser vista como “capital natural”, seja como reservatório e estoques de recursos ou como produtora de serviços ecossistêmicos. Tal fato, possibilita sua maior assimilação ao cálculo econômico e, conseqüentemente, à monetarização e à capitalização. Nesse cenário, agentes do setor privado, como grandes corporações, ganham papel de destaque na proteção ambiental, fazendo com que a sociedade civil e os debates políticos em torno da questão percam protagonismo. Dessa forma, são privilegiados os ditames da economia capitalista, os princípios do mercado e a procura por soluções tecnológicas, supostamente mais eficientes, em detrimento de uma ação mais inclusiva, transparente e democrática, que representem uma ruptura mais brusca com o atual modelo de produção de mercadorias.

A internalização da natureza como “pseudomercadoria” e “capital natural” requer a criação de novas formas de propriedade e títulos, com a definição do direito a auferir renda, a exemplo dos créditos de carbono (FELLI, 2014; SWYNGEDOUW, 2017), e está relacionada à estruturação de mecanismos para que ela possa circular por meio das finanças. Observa-se o aumento do papel do capital financeiro na conformação das estratégias ambientais, como é o caso dos títulos verdes. Nesse contexto, cabe ao Estado criar as condições institucionais necessárias e assegurar o bom funcionamento do mercado, bem como a atração dos investimentos necessários ao “desenvolvimento sustentável”. Em lugar de uma ampla atuação do Estado visando à promoção, à regulação e à

fiscalização da proteção ambiental, privilegia-se o monitoramento de processos específicos e a certificação, realizados por entidades privadas. (MARQUES, 2022, p. 152-153)

Característica central nos discursos neoliberais, a incapacidade de gestão e a insuficiência de recursos públicos são apontadas como justificativas para o desenho de arranjos que garantam condições para a atração do capital privado para o financiamento da chamada “transição verde”. Sob essa lógica, o capital privado ganha mais condições para participar da definição das estratégias sobre a superação dos desafios climáticos e impor sua lógica. Como citado anteriormente, as COPs representam, atualmente, o principal fórum de debates sobre o tema e têm um papel crucial na articulação de propostas e projetos para a mitigação e adaptação dos efeitos das mudanças climáticas.

Na COP-26 aconteceu o “dia das finanças”, tamanha a centralidade que a financeirização tem como resposta aos desafios postos pelas mudanças do clima. Nele, buscou-se definir, por exemplo, quem deve financiar, qual o grau de compartilhamento dos custos e riscos entre Estados e capital privado e qual a extensão da socialização desses custos levando em conta das diferenças entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento (MIOLA, et al, 2022). Ao fim e ao cabo, o setor privado tem cada vez mais condições não só de definir questões relacionadas ao financiamento, mas também de que tipo de “desenvolvimento sustentável” estamos tratando.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

COP-26 e COP-27: financiamento como mote

As últimas duas COPs (26 e 27) revelam o tom que o debate sobre a preservação tem tomado desde a Rio-92. Após a vitória do modelo capitalista frente a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o capitalismo apresenta soluções para problemas que ele mesmo criou. Analisa-se, assim, algumas respostas acordadas nas últimas duas COPs e como elas garantem (ou não) que a preservação ambiental esteja garantida.

COP-26 Glasgow

A 26ª Conferência do Clima (COP-26) ocorreu entre os dias 31 de outubro e 12 de novembro de 2021, na cidade de Glasgow, Escócia. Os resultados efetivos estiveram aquém



do esperado pela emergência do tema, devido aos últimos acontecimentos referentes às altas temperaturas registradas nas últimas décadas, além de desastres ambientais cujos impactos estão diretamente relacionados com a ação humana.

O documento final da COP-26, chamado de *Glasgow Climate Pact* contém, em seu ponto III (*Adaptation finance*) orientações para o financiamento de adaptação às mudanças climáticas. Em seu ponto 15, lê-se:

Estimula-se países desenvolvidos partes a urgentemente e significativamente aumentar suas provisões de financiamento climático, transferência de tecnologia e capacidade de construção de adaptação para atender as demandas dos países em desenvolvimento partes como parte de um esforço global, incluindo a formulação e a implementação de planos nacionais de adaptação e suas participações.

Também, no ponto 19 consta:

Invoca-se bancos multilaterais de desenvolvimento, outras instituições financeiras e o setor privado a aumentar a mobilização financeira para conseguir alcançar a quantidade de recursos necessários para realizar os planos climáticos, particularmente de adaptação, e encoraja-se as partes a continuar a considerar propostas inovadoras e instrumentos para a mobilização financeira para adaptação por meio de fontes privadas.

Tais pontos reforçam a estratégia de financeirização para mitigar as consequências do modo de produção capitalista contemporâneo, que visa a adaptação a essas consequências, e não à superação da destruição efetiva causada pelo provimento de matérias-primas para a produção de mercadorias dentro de um sistema de produção que não é cíclico, mas aberto à destruição.

Ainda no *Glasgow Climate Pact*, o ponto V (Finanças, transferência de tecnologia e capacitação para mitigação e adaptação⁶) ressalta o financiamento como uma das formas de mitigar os efeitos das mudanças climáticas e adaptar-se a eles. No entanto, o ponto também trata de transferência de tecnologia para criar capacidade de resistência a esses efeitos. O ponto 40 apresenta:

Recomenda-se que países desenvolvidos partes forneçam suporte apropriado, inclusive por meio de recursos financeiros, transferência de tecnologia e capacitação para auxiliar países em desenvolvimento partes em relação à mitigação e adaptação, em continuidade a suas obrigações no Acordo de Paris, e encoraja-se outras partes a fornecer ou continuar fornecendo tal suporte voluntariamente.

⁶Tradução livre. Em inglês: “*Finance, technology transfer and capacity-building for mitigation and adaptation*”.



Assim, apresenta a importância de auxiliar países em desenvolvimento a conseguirem mitigar e resistir aos efeitos das mudanças climáticas, pois são eles que mais sofrem os danos causados por esses efeitos, embora não sejam os principais causadores do aceleração das mudanças climáticas. Suas infraestruturas menos sofisticadas deixam-os em maior vulnerabilidade perante a esses efeitos.

A Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo, também lançada na COP-26, considera, em conformidade com o IPCC, que não existe possibilidade de cumprir a meta estabelecida na COP-15 e materializada no Acordo de Paris, de manter a temperatura em até 1,5 °C acima na temperatura média até o final do século sem a preservação das florestas. A declaração estabelece o compromisso de destinar mais de US\$12 bilhões de fundos públicos e US\$7 bilhões do setor privado para deter e reverter a perda florestal e a degradação da terra em diferentes partes do mundo até o ano de 2030.

O Brasil foi citado no discurso de apresentação da iniciativa pelo anfitrião Boris Johnson, Primeiro-Ministro do Reino Unido a época, como um dos países fundamentais na mobilização da causa. O desmatamento é o maior problema em termos de emissão de gases de efeito estufa para o Brasil (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021). Na ocasião, o governo brasileiro apresentou uma nova meta de redução de emissões para 2030: o compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 e o objetivo de zerar emissões líquidas até 2050. Os dados dos últimos três anos, não obstante, colocam a materialização da meta em dúvida. No ano de 2020, enquanto os dados das emissões globais diminuíram quase 7%, as emissões brasileiras cresceram 9,5%. Junto ao Reino Unido, o Brasil e outros mais de 100 líderes mundiais assinaram a declaração. A apresentação do evento, no dia 2 de novembro de 2021, também contou com a presença de grandes representantes do setor privado, como o bilionário CEO da Amazon, Jeff Bezos, que doou cerca de 2 bilhões de dólares para a iniciativa.

Em relação à iniciativa privada, esses atores, dentre eles a Amazon e outras grandes empresas como a Bayer, a Nestlé e a Unilever também são financiadoras do LEAF (*Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance*⁷) Coalition, lançada em abril de

⁷Coalizão LEAF (Reduzindo Emissões pela Aceleração de Financiamento Florestal, de acordo com a sigla em inglês)

2021 por um grupo de governos e empresas líderes, que vem crescendo desde então. Segundo o portal da LEAF Coalition⁸, o projeto tem o objetivo de empoderar países com florestas e subtropicais para que avancem mais rápido rumo ao fim do desmatamento, apoiando a obtenção de suas NDCs, na qual as reduções nas emissões serão realizadas em países inteiros ou em grandes estados (“jurisdições”) por meio de programas que envolvem todas as partes interessadas, incluindo povos indígenas e comunidades locais. Ainda segundo as informações disponibilizadas no portal, o apoio do setor privado funcionaria como um adicional, e não um substituto, às reduções de emissões das metas estabelecidas com base na ciência.

A tendência de realizar a proteção do meio ambiente, de mitigação e adaptação e criação de sistema resilientes, por meio de financiamento se aprofunda a cada ano. Na COP-26, essa tendência se aprofundou. Houve o lançamento da Coalizão LEAF, além da Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo e do Pacto Climático de Glasgow, que versavam sobre o tema e chamavam as partes a colaborar com o financiamento de projetos e iniciativas que buscam, em tese, proteger o meio ambiente dos efeitos climáticos. A Coalizão LEAF, no entanto, pode ser entendida como uma perda para o Estado brasileiro, pois o investimento que antes era aplicado diretamente no Fundo Amazônia, agora vai para a LEAF para passar por uma avaliação e redistribuição de recursos entre todos os Estados e projetos proponentes.

Cada vez maior, a participação do setor privado na defesa do meio ambiente não se dá em forma de mudanças estruturais nos processos de produção de bens e mercadorias. O ganho de protagonismo que esses agentes passaram a ter nas últimas décadas se transforma também em capacidade de criar suas próprias alternativas para as respostas aos efeitos das mudanças climáticas que são cada vez mais inegáveis. Portanto, o engajamento das grandes empresas em relação ao tema cria a capacidade de cooptar a pauta para transformá-la em uma forma de capitalização dos recursos naturais.

⁸Segundo o portal LEAF Coalition, haverá emissão de Reduções de Emissões verificadas (chamadas de “créditos TREES”, segundo o padrão TREES) para jurisdições participantes que reduzam as emissões do desmatamento e a degradação florestal. Cada uma delas representa uma tonelada de CO₂e. Os termos dessas transações foram elaborados para acomodar objetivos voluntários, como compromissos corporativos voluntários para estimular ações climáticas urgentes, além de cortes profundos em suas próprias emissões, de forma alinhada com as metas de redução de emissões baseadas na ciência e visando a neutralidade de carbono até 2050 ou antes.



COP-27 Egito

Na COP 27, realizada na cidade de Sham El Sheikh, a ONU anunciou um plano de US\$ 3,1 bilhões para reforçar a capacidade dos países de se prepararem para eventos extremos e garantir que todas as pessoas no mundo estejam na área de cobertura de sistemas de alerta precoce nos próximos cinco anos.

Também na COP27, o V20⁹ e o G7¹⁰ lançaram o “Escudo Global contra Riscos Climáticos”, criado para oferecer aos países vulneráveis mais meios de proteção contra eventos climáticos cada vez mais extremos. A Alemanha forneceu 170 milhões de euros (€ 170 milhões) em doações ao fundo. Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Irlanda, União Europeia e Reino Unido assumiram compromissos financeiros relacionados a perdas e danos. O Reino Unido também anunciou a suspensão da cobrança de dívidas das nações vulneráveis por até dois anos após um desastre climático.

Os países desenvolvidos, porém, não fizeram movimentos significativos para honrar o compromisso assumido no Pacto Climático de Glasgow da COP-26 de duplicar o financiamento destinado à adaptação até 2025 (em relação aos níveis de 2019). Nota-se, assim, que além de construir alternativas que não atacam as raízes da destruição ambiental, não cumprem as poucas iniciativas que propõem, além de postergarem sempre pautas que não tem acordos ou simplesmente não pensaram em solução. O fato é que os resultados das COPs ressaltam o que afirma OLIVEIRA et al (2019, p.12):

Sustentado em crescente financeirização, o capital vem operando com enorme mobilidade através dos fundos globais e nacionais, aspirando cada vez mais o lucro da produção que ainda prescinde do espaço como locus de apropriação. Dessa forma, o capital, entendido como movimento e relações de poder, avançaria para a constituição de uma espiral de acumulação infundável.

O Pacto Climático de Glasgow convocou os países a desenvolverem estratégias de longo prazo “rumo a transições justas para um cenário de emissões líquidas zero”,

⁹Grupo de países vulneráveis à mudanças climáticas. Compõem o V20 Afeganistão, Bangladesh, Barbados, Butão, Costa Rica, Timor Leste, Etiópia, Gana, Quênia, Kiribati, Madagascar, Maldivas, Nepal, Filipinas, Ruanda, Santa Lúcia, Tanzânia, Tuvalu, Vanuatu e Vietnã.

¹⁰É o nome dado à reunião periódica (três vezes por ano) de sete países entre os mais desenvolvidos industrialmente e economicamente e que se dizem democráticos.

atualizando-as regularmente, até a COP-27. No entanto, foram apenas 11 novas estratégias em 2021, elevando o total para apenas 54. A decisão da COP-27 incentiva os países a comunicarem suas estratégias de longo prazo até a COP-28.

O governo sul-africano publicou recentemente um plano de investimento detalhado para uma transição energética justa. Segundo o instituto de pesquisa WRI Brasil, o documento indicaria a necessidade de um investimento total de US\$ 98,7 bilhões, enquanto as promessas de governos doadores somam apenas US\$ 8,5 bilhões, e, desses, apenas 2,7% no formato de doações. Nesse âmbito, a África do Sul assinou empréstimos com a Alemanha e a França, cada um incluindo € 300 milhões em financiamento com condições favoráveis para apoiar uma transição energética justa na África do Sul.

Durante a COP-27, também foi lançado um fundo de adaptação para água entre cidades africanas (Fundo ACWA), cuja ideia é que os municípios africanos tenham acesso direto a recursos e apoio técnico para implementar soluções inovadoras para uma série de questões hídricas, incluindo governança, gestão de bacias hidrográficas, serviços de saneamento e melhorias na gestão de águas pluviais e residuais. O Fundo espera disponibilizar cerca de US\$ 222 milhões em doações e mais US\$ 288 milhões em investimentos diretos, além de alavancar indiretamente outros US\$ 5 bilhões em investimentos adicionais para auxiliar a implementar soluções hídricas resilientes em 100 cidades do continente até 2032.

A maior parte das regras para os mercados de carbono foram finalizadas na COP-26, e a COP-27 deveria apenas acertar detalhes operacionais. Infelizmente, porém, as partes tiveram dificuldades com o grande volume de texto e a natureza altamente técnica do conteúdo.

Na COP-27, as soluções baseadas na natureza foram incluídas na decisão principal das negociações pela primeira vez. O texto incentiva as partes a considerarem soluções baseadas na natureza ou abordagens ecossistêmicas e, ao mesmo tempo, assegura garantias sociais e ambientais relevantes – embora tenha falhado o esforço para relacionar clima e natureza de forma mais explícita na decisão principal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade da informação faz com que tenhamos cada vez mais notícias dos desastres, banalizando-os e criando uma falsa impressão de que aumentaram. A expansão territorial, tanto urbana quanto rural, vêm ocupando áreas cada vez mais vulneráveis e tornando os espaços cada vez mais desiguais. Dessa forma, não devemos combater o “clima”, mas combater uso e o modo de exploração do espaço geográfico por um capitalismo selvagem que não leva em consideração que o planeta precisa ser preservado.

As soluções apresentadas nos grandes fóruns de debates de nível global esbarram em muitos interesses econômicos e não conseguem construir respostas mais eficazes e efetivas para as mudanças em curso. É preciso que o devastador modo de produção capitalista seja criticamente repensado e que a harmonia entre sociedade e natureza ganhe centralidade na maneira com que a vida humana existe no planeta. A globalização imposta pelo capitalismo deixa esse horizonte mais longe, mas podemos pensar na organização cultural de outros povos para construir uma economia ecológica.

As redes de transporte coletivo de qualidade poderiam ocupar o lugar dos carros antes de cogitar trocar toda a rota de carros para elétricos. Esta ação não considera os impactos naturais da produção de carros e da geração de energia elétrica para o abastecimento dessa nova frota, o que é um exemplo de como a ciência não é considerada quando os interesses capitalistas estão em jogo. A transição energética foi pintada de verde por aqueles que têm poder material para contribuir significativamente para resolver o problema, mas têm outros interesses.

Importa observar também a relevância que a educação ambiental e a educação para o risco tem frente a essa questão em termos de perceber-se sujeito histórico e parte do meio, entender os papéis e os espaços ocupados e criticar para ter criatividade para ousar pensar uma organização societária por outros meios.



REFERÊNCIAS

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], v. 107, 23 p., 2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. Rev. NERA, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

ARTAXO, Paulo.. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. Estudos Avançados, 34(100), 53-66. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>

BECKER, Bertha. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. IN Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. p. 397- 401 BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Divulgação de dados PRODES. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/divulgacao-de-dados-prodes.pdf> Acesso em 11 jan. 2021.

CAMPELLO, Marcelo. A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: impactos e pressões sobre a Amazônia brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ / IE / PEPI / Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Contribuições Nacionalmente Determinadas – Brasil. Acesso em 11 jan. 2021. Disponível em: <https://www4.unfccc.int/sites/NDCStaging/Pages/Party.aspx?party=BRA>

DECLARAÇÃO DOS LÍDERES DE GLASGOW SOBRE FLORESTAS E USO DO SOLO. Glasgow, 2022. Disponível em: <https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/> Acessado em 31 de julho de 2022.

INPE. Projeto PRODES - Projeto de Estimativa de Desflorestamento da Amazônia. Taxas anuais do Desmatamento - 1988 até 2021, 2021. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 11 jan. 2021.

IPCC. Aquecimento Global de 1,5 °C. Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e respectivas trajetórias de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança do clima, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza: Sumário para Formuladores de Políticas. 2018. Tradução: MCTIC, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf> Acesso em 17 jan. 2021

IPCC. Mudança do clima e terra. Relatório especial do IPCC sobre mudança do clima, desertificação, degradação da terra, manejo sustentável da terra, segurança alimentar, e fluxos de gases de efeito estufa em ecossistemas terrestres: Sumário para Formuladores de Políticas. Tradução: Governo do Brasil, 2020. Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/clima/arquivos/IPCC/SRCL.Port-WEB.pdf> Acesso em: 17 jan. 2021

IPCC. Mudança do Clima 2021: A Base Científica. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima Sumário para Formuladores de Políticas. 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf Acesso em: 17 jan 2021.

LOUREIRO, Violeta. A Amazônia do século XXI: Novas formas de desenvolvimento. REVISTA DIREITO GV, SÃO PAULO 8(2) | P. 527-552 | JUL-DEZ 2012

MARENGO, José. A.; JUNIOR, Carlos. S. Mudanças climáticas, impactos e cenários para a Amazônia. São Paulo: Alana, dez. 2018. Disponível em:

<https://www.oamanhae hoje.com.br/assets/pdf/Relatorio_Mudancas_Climaticas-Amazonia.pdf>

MARQUES, FINANCIAMENTO AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL. In: MIOLA, Iagê Z.[et al] (org.) Finanças verdes no Brasil : perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. São Paulo: Blucher, pp. 141-170, 2022.

MIOLA, Iagê. Z. et al. INTRODUÇÃO: DESVENDANDO LIMITES E POTENCIAIS DAS FINANÇAS VERDES NO BRASIL. In: MIOLA, Iagê Z.[et al] (org.) Finanças verdes no Brasil : perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde. São Paulo: Blucher, pp. 15-26, 2022.

National Aeronautics and Space Administration (NASA). Our World in Data. Global warming: monthly temperature anomaly. <https://ourworldindata.org/explorers/climate-change>. Acessado em 24 de março 2023.

NOVAES, Carla. O Brasil nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Monografia. UFRRJ. 2016. 64p OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil. 1988 – 2020. Acesso em 11 jan. 2021. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission#

OLIVEIRA, Leandro. Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável [1945-1992]. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

_____ et al. GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA: NOTAS SOBRE DEFESA DAS FRONTEIRAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SABERES FLORESTAIS. In Latin America: space, society, economy. 2018

PACTO CLIMÁTICO DE GLASGOW. Glasgow, 2021. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_L16_adv.pdf. Acessado em 31 de jul. de 2022.



REAL SOLUTIONS NOT NET ZERO“. A Global Call for Climate Action. Disponível em: <https://www.realsolutions-not-netzero.org/>, Acesso em: 23 de jul. de 2022

THE LEAF COALITION. The LEAF Coalition: Lowering Emission by Accelerating Forest finance. Disponível em: <https://leafcoalition.org/> Acesso em: 11 jan. de 2021

WRI Brasil. COP 27: principais resultados e perspectivas para 2023. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/cop27-principais-resultados-e-perspectivas-para-2023>. Acesso em: 2 de maio de 2023.